



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Acta da Sessão Ordinária realizada em 2008/04/28

Aos vinte e oito dias do mês de Abril, do ano de dois mil e oito, nesta Vila de Vinhais, no Auditório da Casa do Povo, às catorze horas e cinquenta minutos, foi declarada aberta a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte:

PRESIDENTE: Nuno José S. Teixeira da Costa Gomes;

1.º SECRETÁRIO: Eduardo Vicente Roxo;

2.º SECRETÁRIO: Eduardo Manuel Martins Rodrigues.

Apresentou justificação de falta o membro, Alberto dos Anjos Martins.

Verificada que foi a existência de quorum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte:

- 1 - Período de Antes da Ordem do Dia.
- 2 - Ordem do Dia.
 - 2.1 - Apreciação e votação da acta da sessão anterior;
 - 2.2 - Leitura resumida do expediente;
 - 2.3 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal;
 - 2.4 - Período de intervenções;
 - 2.5 – Acordo de Cooperação Transfronteiriça;
 - 2.6 – Aumento de capital na Empresa Ecolignum Madeiras Nobres de Vinhais, Lda;
 - 2.7 – Distinções Honoríficas do concelho de Vinhais;
 - 2.8 – Projecto de Regulamento do Parque de Campismo de Vinhais;
 - 2.9 – Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, Drenagem de Águas Residuais, Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos do concelho de Vinhais;

2.10 – 2.^a Revisão ao Orçamento da Despesa e 2.^a Revisão ao Plano Plurianual de Investimento;

2.11 – Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2007;

2.12 – Prestação de contas da E. M. Turimontesinho, EEM de 2007.

3 - Período reservado ao Público.

1 - Período de Antes da Ordem do Dia.

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou por cumprimentar e agradecer a presença de todos os membros na Assembleia, informando de seguida que a Comissão Permanente da Assembleia Municipal, reuniu dia dezoito do corrente, e teve como principais assuntos:

- Apresentação e discussão do projecto de apoio à natalidade e à escolaridade;

Sobre esta questão informou que foi nomeado o membro Eduardo Roxo e o membro António Miguel, para trabalhar mais pormenorizadamente este projecto.

- Apresentação e discussão do projecto de regulamento de concessão de apoios sociais e culturais;

Adiantou que este projecto foi debatido e discutido em reunião da Comissão Permanente, com o objectivo de ser encaminhado à reunião de Câmara, depois de cumprir os tramites legais.

- Reporte da situação das Empresas Municipais;

- Discussão da Implementação do novo Regulamento de Águas e Saneamentos;

- Preparação da próxima Assembleia Municipal.

Terminou este assunto referindo que as reuniões da Comissão Permanente têm decorrido de forma airosa e produtiva, sendo que sempre que os Senhores membros tenham algum assunto pertinente para ser estudado e debatido, devem-no fazer chegar por via da Comissão Permanente ou por via do secretariado da Mesa da Assembleia Municipal.

Reportando-se ao Período da Ordem do Dia, alertou os Senhores membros que os pontos, dois ponto oito e dois ponto nove, da Ordem de Trabalhos, são pontos que estão em discussão pública, motivo porque vão ser sujeitos a votação.

Seguidamente abriu o período de intervenções, questionando os Senhores membros se alguém pretendia usar da palavra.

Inscreveram-se os membros senhores:

- Carlos Costa;
- João Amaro;
- João Correia;
- António Gonçalves;
- Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa.

Tomou a palavra o membro Carlos Costa, que iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os membros presentes, passando de seguida a solicitar três esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara.

Passou a referir que no início do mês de Fevereiro, foi feito um desaterro na aldeia do Senhor Presidente, num terreno do seu sócio, António Aníbal Martins, desaterro que foi levado para o caminho da sua quinta, com carros e máquinas da Câmara.

Dito isto, referiu que pretendia ainda esclarecimentos sobre um outro assunto, que se prende com a questão da saúde e do encerramento das urgências. Passou a referir que tem vindo a acontecer pelo país todo, e supõe que venha também a acontecer em Vinhais, que a nova Ministra da Saúde não irá encerrar o Centro de Saúde, como estaria previsto em final de Junho. Questionou então o Senhor Presidente da Câmara, para o facto de esta situação acontecer, se o Senhor Presidente irá ser contra ou a favor.

Por fim, referiu-se ao boletim municipal, referindo que num ponto, pode ler-se que, os que conseguem ficar, até nem vivem mal, todos têm carros, tractores, carrinhas, jipes e dinheiro no bolso. A tudo isto a ser verdade, o estudo que a Universidade de Aveiro fez, é falso, porque o concelho de Vinhais é o penúltimo concelho do país num ranking de duzentos e setenta e oito concelhos. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre esta disparidade de opiniões, e em que dados se baseou para prestar esta afirmação.

Tomou a palavra o membro Senhor João Amaro, que iniciou por cumprimentar todos os membros presentes, passando de seguida a pedir um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara relacionado com a mudança dos contadores da água.

Referiu que, tinha sido informado que os contadores da água tinham que sair do interior das casas, para o exterior, no sentido de permitir aos cobradores fazerem uma melhor

contagem. Neste sentido referiu que tinha feito um requerimento à Câmara, para mudar o contador da água. Os funcionários da Câmara mudaram o referido contador para a beira da estrada, numa média de dez a catorze metros, não tendo procurado as instalações que havia, simplesmente mudaram o contador para a beira da estrada. Esta nova instalação, foi feita com uns tubos por cima de um muro, que é sua pertença, e pertença também, de um seu irmão, foi coberta com três a quatro centímetros de cimento.

Dito isto, concluiu que durante o Inverno a água vai congelar, e pretende por isso saber se este é um procedimento normal. Referiu ainda, que recebeu uma conta para pagar de cento e vinte euros, não tendo explicação para tal valor.

Tomou a palavra o membro Senhor João Correia, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e passou a proferir a intervenção de teor seguinte:

“ Já lá vai uma década que a Zona Industrial de Vinhais está em funcionamento, obra realizada com o antigo executivo, liderada pelo Senhor Engenheiro Carlos Taveira, sendo o actual Presidente da Câmara Senhor Doutor Américo Pereira, vice Presidente da Autarquia nesse mesmo período.

Foi um passo marcante para o desenvolvimento industrial e económico, para a criação de empregos, para este humilde mas honroso concelho e vila. O objectivo desta Câmara seria, criar esforços para que o comércio e industria deste concelho e vila, se desenvolve-se de uma forma correcta, equilibrada e que obedecesse ao principio de que primeiro estão as pessoas e a sua saúde. Desde então, e até à data podemos constatar que foram várias as empresas que se deslocaram, algumas de raiz iniciaram a sua actividade empresarial na Zona Industrial de Vinhais. Podemos também visualizar perante esse mesmo período, que houve outras empresas que se foram instalando fora desse perímetro, ou seja, ao longo de toda a travessia desta vila, quer em zonas habitacionais, próximas de serviços públicos, unidades prestadoras de serviços de saúde e afins. É também do conhecimento dos Vinhaense o empenho deste executivo, dar uma cara nova a esta vila, com o qual concordo plenamente, penso no entanto que é um pouco contraditória esta situação, porque permitiu a abertura de estabelecimentos fora do perímetro da Zona Industrial, sendo que aqui já existe um investimento feito por parte desta autarquia e onde estão salvaguardadas todas a regalias e condições para a expansão empresarial.

Não querendo especificar situações, algumas recentes, e em que nada se aproximam desta minha intervenção, e nunca pondo em causa a ilegalidade das mesmas, pois confio plenamente nos serviços de fiscalização e das entidades competentes desta Câmara Municipal, vinha propor nesta Assembleia e a este executivo a possibilidade de linhas de crédito, ou benefícios fiscais, como por exemplo a suspensão temporária ou redução do imposto municipal sobre imóveis para as referidas empresas e novas que ali se queira instalar, promovendo assim de forma aliciante e cativante as empresas. Justifico-me com isto, numa entrevista que foi feita na visão, na qual o tema principal era: Quais os concelhos onde se paga menos? O concelho de Vinhais, está entre os três do distrito de Bragança, onde houve uma diminuição do IRS, merece pois parabéns o Senhor Presidente e toda esta Assembleia, que reduziu cerca de dois e meio por cento, enquanto a Câmara de Vila Flor só três por cento e Miranda do Douro dois por cento, quanto ao resto mais nenhum é especificado pelo estudo.

Em relação ao IMI dos oitenta e seis concelhos especificados, os concelhos onde o imposto sai mais baixo, sobressaem alguns entre os quais Freixo de Espada à Cinta, Miranda, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso, Mirandela, Alfandega da Fé.

Quanto à Unidade de Cuidados Continuados embora pareça atrasada comparada com alguns concelhos do resto do distrito, sinto-me congratulado e bastante optimista para que esta, num futuro próximo esteja concluída e possa contribuir para uma melhoria dos cuidados de saúde, principalmente para aqueles que precisam de cuidados de saúde específicos”.

Tomou a palavra o membro Senhor António Gonçalves que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e passou a referir que pretende de uma maneira muito rápida e sucinta trazer à colação dois assuntos, que se aprendem directamente com a sua actividade profissional, e que vai contactando com eles, sendo um deles o problema dos transportes. Porque continua a haver uma grande dificuldade no acesso às consultas no acesso aos tratamentos, no acesso aos vários exames que se vão fazendo no Centro de Saúde de Vinhais, assim como também, no acesso a outras áreas, e outros organismos sediados na Vila.

Considerou ser um problema que se constata, e quem vem existindo cada vez mais num concelho disperso, envelhecido, com dificuldades de acesso, vias com dificuldades quer ao nível do piso, quer ao nível do traçado. Tudo isto agrava e onera os cidadãos de Vinhais. Situação essa, verificada quando é marcada uma consulta a um utente, em que

este tem que negociar com as pessoas, o dia que podem vir à consulta, porque os horários nem sempre se podem conjugar com a disponibilidade de transportes. Por tudo isto, considerou ser um aspecto que gostaria de ver discutido em Assembleia, ou seja, estudo de alternativas, e possibilidades, de modo a minorar estes aspectos, que estão a onerar os cidadãos, sobretudo os mais idosos que são de locais mais afastados, onde existe menos possibilidades, e onde os transportes colectivos não chegaram ainda.

Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que, falasse de algumas possibilidades que existam, ideias que possam estar previstas, para minorar esta situação que acabou de expor, situação que considerou ser das mais graves, que os cidadãos do concelho ainda vivem, nomeadamente, aqueles que vão precisando, cada vez mais, de ir aos serviços de saúde.

Quanto ao segundo aspecto, relacionado com o número elevado de pessoas isoladas e acamadas, considerou ser um assunto muito discutido entre médicos, tendo inclusive discutido este assunto, uns dias antes com o Doutor Amaral, e o sentimento e a sensibilidade tem sido o mesmo.

Referiu que cada vez mais, se vai verificar um maior número de pessoas, isoladas, acamadas e em situação de dependência no seu domicílio, sem que de facto haja apoio domiciliário a estas pessoas.

Sendo o concelho de Vinhais, o concelho mais envelhecido do distrito, e um dos mais envelhecidos do país, este problema é um problema que também urge em equacionar, apesar de todos os esforços que tem conhecimento que estão a ser feitos, como o arranque de alguns centros de dia com apoio domiciliário, criando assim um número maior de freguesias cobertas com o apoio domiciliário. Mas este aspecto não se compadece com qualquer tipo de demora, porque o envelhecimento vai surgindo, e as situações de dependência acontecem muito rapidamente, porque hoje em dia, vive o marido e a esposa, na maioria das situações, ambos idosos, e se algum deles entra em situação de dependência, é totalmente impossível, aquele que fica com capacidade para tratar do outro, dar o apoio necessário. Por tudo isto, considerou ser das coisas mais urgentes, o avanço rápido e a extensão a todo o concelho do apoio domiciliário.

Questionou o Senhor Presidente da Câmara se existe algum diagnóstico feito a nível do concelho, relativamente às situações de dependência, se existem medidas, um plano, um projecto global de resposta para estas situações.

Terminou manifestando a sua disponibilidade para contribuir, se assim for requerido nesse sentido.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e passou a referir que, ficou muito preocupado quando chegou à sua aldeia no dia vinte e cinco de Abril, e viu nas paredes um comunicado, que lhe custou a identificar, porque o PSD mudou de cor, e em Vinhais não mantêm a cor antiga.

Num assunto tão sério como o da água, referiu ter falado com o membro Carlos Abel, tendo concordado plenamente que os cálculos provavelmente estariam mal feitos. Mas voltar à era do antigamente, compreende que não é possível, ou seja, aquilo que podem fazer, é acelerar a colocação dos contadores de água, que já deveriam estar colocados há muito tempo.

Adiantou que há muito tempo que a sua aldeia paga a água, e também há muito tempo que, a sua aldeia tem dificuldades de água. Nas aldeias anexas, Soutilha e Falgueiras, ainda não têm saneamento, ponto este que gostaria de ver o Senhor Presidente da Câmara tomar nota.

Relativamente ao comunicado da água, considerou ser sério da parte de quem manda este comunicado. Sendo a Assembleia o local certo para serem debatidos os problemas, considerou que na altura discordaram, e a seu ver muito bem. Referiu ter concordado, mas a seguir reflectiu e disse ao Senhor Presidente da Câmara que estava mal.

Referiu ser da opinião que, os homens, de olhos nos olhos, devem reflectir para o bom desenvolvimento do concelho. Por essa razão, espera que não voltem a trás no processo da água, mas sim que rectifiquem o que está mal, começando por colocar contadores nas aldeias que faltam.

Não queria dizer com isto, que seja deste ou do outro executivo, esse pormenor não interessa. A sua aldeia tem água desde o Capitão Sobrinho Alves e sempre pagaram água, as anexas não tinham, mas neste momento já têm, e as que não têm deveriam ter.

Referiu que, aqueles Senhores que, estão por trás do comunicado, não estão em contacto directo com as populações e por essa razão não sabem o problema que é no verão em todas as aldeias e onde não existem contadores a situação agrava-se.

Espera por isso que este assunto seja reflectido com a responsabilidade de toda a gente, porque é um bem essencial, e da forma que pretendem fazer, nunca mais se conseguirá resolver o problema, por isso espera que rectifiquem aquilo que já rectificaram em reunião de Câmara, no sentido de ser aprovado em Assembleia essa rectificação, mas nunca voltar a trás ao princípio de suspender.

Continuou referindo que, nenhuma Câmara do país, pode levar menos pela água do que aquilo que custa. Foi aprovado por todos, a Câmara paga o dobro desse dinheiro, e legalmente desconhece se o poderá fazer, mas voltar à estaca zero seria muito mal para o concelho.

Terminado o período de intervenções, o Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder às questões que lhe foram colocadas.

Agradeceu todas as questões que lhe foram colocadas e começou por responder às questões apresentada pelo membro Senhor Carlos Costa.

Iniciou a sua resposta questionando o membro Carlos Costa se a questão que lhe colocou se tratava de uma afirmação ou de uma pergunta. A qual lhe foi respondido pelo próprio que se tratava de uma afirmação.

Dito isto, referiu que gostava que a Mesa tomasse nota de tal afirmação.

Passou a informar que o único sócio que tem, é uma sócia, porque é assim que o artigo mil quatrocentos e treze do Código Civil, define o casamento. Sendo o casamento um contrato, o único sócio que pode dizer que tem, é a sua esposa.

Continuou afirmando que desconhece a quinta e a terra a que o membro Carlos Costa se referiu, porque para quinta sua, não foi levada nenhuma terra, por nenhuma máquina da Câmara. Adiantou que o Senhor Vereador Salvador iria posteriormente explicar o que realmente aconteceu.

Quanto à questão da Senhora Ministra da Saúde fechar ou não o Centro de Saúde, referiu que não iria responder a uma pergunta, que parte de uma premissa falsa. Adiantou que não escorregam em cascas de banana colocadas daquela maneira. Porque dizer que já não é verdade que a Senhora Ministra da Saúde vai encerrar o Centro de Saúde é de rir, porque isso é um não assunto, e como tal não responde.

Referiu que aquilo que estão a fazer é lançar confusão, lançar areia nos olhos das pessoas, porque nem os anjinhos acreditam numa coisa dessas.

Quanto ao estudo que foi feito, referiu que esse estudo existe realmente, e coloca o concelho de Vinhais em determinados patamares, no fundo de uma tabela no que diz respeito ao desenvolvimento de algumas coisas, mas considerou ser pior uma meia verdade, do que uma grande mentira, isto porque não foi dito que tal estudo tem quatro anos.

Ao membro Senhor João Amaro, relativamente à questão do contador da água, referiu que esse assunto terá que ser o Senhor Vereador Salvador Marques a explicar. Ainda sobre a questão da conta dos cento e vinte euros, referiu que, num momento posterior desta Assembleia, iria fazer referência a esta questão, dando a resposta solicitada.

Ao membro Senhor João Correia, referiu que ficou satisfeito por ver que o membro João Correia reconheceu que a Câmara já fez alguma coisa, em dar algum IRS que se cobra no concelho, às pessoas que nele residem. Adiantou que só três Câmaras das doze do distrito, é que adoptaram esta medida.

Quanto à questão da Zona Industrial, admitiu que podem acontecer situações em que pessoas se instalam fora da Zona Industrial, sendo que neste momento não existe nenhum lote para venda na Zona Industrial, estando por isso em fase de alargamento do PDM, para se poder aumentar os lotes, estando por isso ainda, na fase de negociação de terrenos.

Ao membro Senhor António Gonçalves referiu que, percebe as preocupações que expôs, sendo que a questão dos transportes tem uma explicação, que se prende com o facto de quanto menos população, o concelho tiver, mais difícil se torna organizar uma rede de transportes.

Para aqueles que desconhecem, referiu que está escrito na conta de gerência, e passou a explicar que, a linha de transportes públicos da Moimenta e de Ervedosa, só existe porque a Câmara paga por dia ao transportador, além dos bilhetes e dos passes, cem euros.

Adiantou que este comportamento tem vindo a acontecendo há seis ou sete anos atrás, sendo que este ano tentou-se negociar com eles, e pagou-se apenas cinquenta por cento no circuito de Ervedosa, estando a ser reclamado os outros cinquenta por cento. Referiu que é extremamente difícil organizar uma rede de transportes, no concelho como o de Vinhais.

Informou que, sempre que é pedido transporte, para levar pessoas ao Porto a fazer exames ou consultas, a Câmara sempre disponibilizou transporte, para qualquer lado.

Referiu não se tratar de uma competência da Câmara, sendo que esta competência não está bem definida, assim como a fronteira sobre o que é dever das autarquias e dever do Estado, no que diz respeito aos cuidados de Saúde.

Referiu que a Câmara tem vindo a fazer aquilo que pode.

Sugeriu que se fizesse um grupo de trabalho, pequeno, com uma pessoa da Câmara e uma pessoa do Centro de Saúde e um representante dos transportadores, no sentido de

chegar a um consenso, de forma a estudar um possível esquema, para conciliar as consultas e os transportes.

Manifestou a sua disponibilidade para estudar a melhor maneira e para tentar ajudar nesta área.

Quanto à questão do apoio domiciliário, referiu ser verdade que cada vez mais, há gente isolada, tratando-se por isso de um tema que dava para uma sessão completa da Assembleia Municipal.

Considerou este problema complicado, ao qual todos são sensíveis, mas a responsabilidade é de todos, é dos filhos, dos irmãos, dos pais, ou seja, é da família. Porque a família tem fortes responsabilidades no que diz respeito a este problema, porque tem que fazer um pouco de esforço, no sentido de orientar as suas vidas de forma a que possam dar assistência, às pessoas que lhe são próximas, e que precisam de cuidados, em determinadas fases das suas vidas.

Adiantou que todos os dias as pessoas se desresponsabilizam disto, preocupando-se mais com o filho que vai embora, esquecendo-se um pouco dos velhotes. Apontou a primeira responsabilidade à sociedade e depois as Juntas de Freguesia, que também têm aqui, um papel importante, uma vez que têm como obrigação, dar conhecimento de todas estas situações e de outras situações que se apercebam, ou seja, tem o papel de denunciar a situação.

A segurança social possui uma linha de financiamento para pagar a vizinhos para tomar conta ou para ajudar a dar alguns cuidados a pessoas nestas situações.

Referiu que a Câmara tem tentado ajudar alguns casos deste tipo, mas para isso tem que ter conhecimento deles. Relembrou mais uma vez que, as Juntas de Freguesias têm como obrigação, dar conhecimento e denunciar estes casos, assim como os próprios serviços de Saúde também têm obrigação de encaminhar estas situações.

Continuou referindo que a Câmara tem estado a fazer um esforço para conseguir um maior número de apoios domiciliários.

Considerou tratar-se de um serviço barato, no que diz respeito à construção, mas depois têm que garantir que, o próprio Estado financia os contratos que o Centro Social tem com as pessoas, para poder funcionar.

Terminou referindo que, este é um desafio, que todos terão pela frente no futuro, avaliou-o como o maior desafio, que se vai colocar nos próximos anos às pessoas que têm responsabilidades, quer sejam políticas, quer sejam de outro âmbito. Na medida do

possível a Câmara tem vindo a fazer o que pode. A Unidade de Cuidados Continuados, é um exemplo bem típico da questão que acaba de explicar.

Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa e no tocante à questão colocada relacionada com o regulamento de águas, referiu que concorda inteiramente com aquilo que ouviu, porque é a posição de qualquer pessoa responsável, por essa razão, não irão abdicar de forma nenhuma, de continuar a executar aquilo que decidiram.

Terminou os esclarecimentos às questões que lhe foram colocadas, pedindo autorização à Mesa, para o Senhor Vereador Salvador Marques, prestar os esclarecimentos sobre questões, para as quais, está mais vocacionado para responder.

Tomou a palavra o Senhor Vereador Salvador Marques, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, passando de seguida a esclarecer que o membro Carlos Costa antes de se ter pronunciado, deveria antes informar-se e conhecer o caminho. Porque o caminho não dá para quinta nenhuma, e o Senhor Presidente ali, já não tem nada. Informou que esse caminho liga Riassós ao Bairro dos Cabeços, e à estrada que vai para a Ermida. Para evitar estas situações aconselhou o membro Carlos Costa a ir ao local para ver.

Acrescentou que ainda falta muito para compor o caminho, e que se trata de uma parceria com a Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia tinha disponibilizado a máquina e o tractor e a Câmara deu umas cargas de camião, tendo também os empreiteiros deixado lá material, que considerou ser bom para o caminho, apesar disso, ainda terão que pôr lá muito mais, porque é necessário aterrar e entulhar em muitos sítios.

Adiantou que foi um favor de deixar tirar material para pôr por cima, sendo necessário ter que tirar mais ainda, para continuar a compor até à estrada da Ermida e acrescentou que não foi só terra que puseram, porque também foram postas manilhas para tirar as águas da chuva, trabalho esse, que ainda não acabaram.

Quanto à questão do contador da água apresentada pelo membro Senhor João Amaro, referiu que deu entrada nos serviços da Câmara Municipal, um requerimento a solicitar a alteração do lugar do contador, ou seja, coloca-lo fora de casa, junto ao passeio. Adiantou que é verdade que a Câmara tem vindo a colocar os contadores assim, normalmente junto aos passeios, sendo que, em tempos, nessas mesmas moradias, não existiam ainda os muros e os jardins que agora existem, por essa razão os contadores

foram colocados no lugar que se encontram agora, porque não tinham outros lugares. Referiu ser evidente que os contadores dentro dos quintais e jardins não estão bem, por isso as pessoas fazem requerimentos para mudar os contadores.

Referiu também desconhecer quem fez o requerimento para a mudança de contador, se foi o membro Senhor João Amaro ou o Senhor Dionísio.

No caso de ter sido o membro Senhor João Amaro, referiu que este devia ter constatado que aquela mudança exigiu muito trabalho, tendo sido pago apenas uma parte do trabalho que lá se fez, cerca de um terço do trabalho que foi obrigatório fazer, porque na verdade foi necessário rasgar muito para encontrar a ligação antiga, que vinha do tempo do Ex-Presidente de Câmara, Sobrinho Alves.

Continuou a esclarecer o membro Senhor João Amaro, referindo que a obra ainda não se encontra pronta, faltando ainda o serviço de trolha e acabar o passeio e a parte que falta do muro.

Concluiu que, são estas as normas para toda a gente.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, abriu um novo período de intervenções e questionou os Senhores Membros se pretendiam usar da palavra.

Inscreveram-se os Senhores membros:

- Carlos Costa;
- João Correia;
- Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais.

Tomou a palavra o membro Senhor Carlos Costa, para esclarecer o Senhor Presidente da Câmara que quando se referiu ao terreno na aldeia do Senhor Presidente, e que o terreno era do seu antigo sócio, tal afirmação não é relevante, porque aquilo que quis referir foi que, aquela quinta, toda a gente sabe que foi do Senhor Presidente, e se hoje já não é, não se sente obrigado a saber.

Continuou referindo que achava que o tal terreno era do Senhor Presidente, se é do antigo sócio, tal facto não é relevante, porque aquilo que está aqui em causa e é matéria de facto, é que os carros da Câmara fizeram um desaterro na aldeia do Senhor Presidente, desaterro esse, dá para fazer uma casa. Adiantou que se a Câmara precisasse de terra para encher um caminho, e acrescentou que concorda com essas obras, mas não compreende o porquê de o Senhor Salvador se contradizer, quando diz que a máquina

foi fazer um desaterro numa freguesia, e depois o aterro numa outra freguesia, com máquinas da Câmara.

Referiu que seria bom que tal observação ficasse escrita em acta, e seria bom também que ficasse escrito aquilo que o Senhor Presidente diz, porque muitas vezes não fica, sendo retirado de forma mesmo determinada.

Continuou referindo que não era necessário fazer um desaterro daquela dimensão para colocar naquele caminho. Referiu também que não está a falar de cor, porque esteve lá, e sabe bem, para aquilo que o caminho serve, e quem serve.

Quanto à questão do Centro de Saúde referiu que a questão que colocou não foi para o Senhor Presidente escorregar, porque a pergunta é muito simples.

Referiu ter apenas perguntado, se no caso de a Senhora Ministra da Saúde voltar a trás, tal como tem feito em sucessivos concelhos e cidades do país, se o vier a fazer em Vinhais, e nos concelhos do distrito, qual a posição do Senhor Presidente, se irá preferir que a Senhora Ministra volte a trás ou prefere manter-se, e fechar.

Considerou que a pergunta que colocou não é de forma nenhuma uma pergunta para escorregar com a banana.

Adiantou ainda, saber onde o Senhor Presidente queria chegar, afirmando que o Senhor Presidente prefere que realmente a Senhora Ministra não feche, e como tal, isto traz-lhe um embaraço, porque se colocou ao lado do anterior Ministro, fazendo aquilo que o Partido Socialista o mandou fazer, razão pela qual, o Senhor Presidente não quer responder agora.

Considerou que o Centro de Saúde de Vinhais é um bem, e por isso aplaudem e felicitam a Senhora Ministra se realmente não o fechar.

Passou a informar que há cerca de pouco tempo, o Centro de Saúde de Vinhais, pela circunstância de se encontrar aberto, salvou a vida a duas pessoas, uma muito badalada que foi um jogador de futebol, e a outra foi o pai de um chefe de gabinete, salvo erro.

Continuou, anunciando que se irão debater por este facto, e que ficarão felizes se realmente a Senhora Ministra voltar a trás. Porque os parabéns devem ser dados a quem toma as atitudes correctas.

Quanto à questão do estudo, referiu estar tão bem informado, quanto o Senhor Presidente está, ou talvez mais, porque desconhece se o Senhor Presidente sabe que, esse estudo está a ser feito em mais do que uma faculdade. Confirmou que o estudo em questão, tem dados de dois mil e quatro, mas também tem dados de dois mil e cinco e

dois mil e seis, lembrando que o Senhor Presidente está na Câmara desde o ano de noventa e três.

Questionou o Senhor Presidente sobre aquilo que tem vindo a fazer na Câmara desde essa data, e sobre o facto de ter responsabilidade no atraso que envolve o concelho, em relação a outros concelhos do distrito.

Passou a citar alguns dados, nomeadamente o número de aldeias que o concelho tem, num total de cento e oito aldeias, das quais sessenta não têm saneamento básico. Considerou ser este um dos problemas, que não vale a pena esconder.

Concluiu que ficarão contentes se no próximo estudo, Vinhais em vez de ser o penúltimo, seja o segundo a contar do início, mas não podem por isso, esconder os problemas que o concelho tem.

Antes de terminar, referiu que iria responder no ponto dois ponto nove, à questão que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa colocou.

Tomou a palavra o membro Carlos Correia para referir que não ficou esclarecido sobre a possibilidade de suspensão/redução do imposto Municipal sobre imóveis.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e passou a dar alguns conhecimentos complementares relativamente ao caminho, referido anteriormente. Referiu que esse caminho começou por surgir como uma iniciativa do Senhor Arquitecto Euleutério, caminho esse que tem, que ser feito porque lhes foi solicitado, e por essa razão solicitaram o apoio da Câmara, apoio esse que lhes foi dado. Referiu-se a um buraco junto aos cabeços, onde extraíram material inerte, para arranjar um caminho do Bairro do Eiró à Ponte d'Arranca.

Concluiu que desconhece onde foram buscar o material, mas pensa que aquele foi o melhor material para ali empregar, e espera que continuem.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, questionou o Senhor Presidente para o facto de pretender exercer o direito de resposta.

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra apenas para se referir à questão colocada pelo membro Senhor João Correia, relativamente à taxa do IMI. Referiu que tal questão o apanhou desprevenido, em sua opinião não lhe parece que a Câmara ou a Assembleia possa dizer que a partir de agora ninguém paga mais IMI, o que pode

acontecer é reduzir as taxas. A proposta que a Câmara aprovou é a que está em vigor, sendo que no próximo ano, poderão aprovar outra taxa. Adiantou que o IMI, penaliza um pouco, as pessoas que têm as casas melhores, aqueles que podem pagar, ou seja, não penaliza aqueles que vivem mal. Relembrou mais uma vez que o IMI é uma taxa que recai sobre aqueles que podem pagar. Adiantou ainda que, da próxima vez que a Câmara reunir para debater este assunto, irá ter em consideração a proposta do membro Senhor João Correia.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por terminado o Período Antes da Ordem do Dia.

2 - Ordem do Dia

2.1 - Apreciação e votação da acta da sessão anterior.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Senhores Membros se alguém pretendia fazer alguma apreciação em concreto.

Ninguém manifestou intenção de intervir.

A acta foi aprovada por maioria, com uma abstenção, motivada por não ter estado presente na sessão em causa.

2.2 - Leitura resumida do expediente.

Neste ponto, tomou a palavra o Senhor Primeiro Secretário, que deu conhecimento de toda a correspondência recebida no período que medeia entre esta sessão e a anterior, disponibilizando-a para consulta aos membros que a solicitarem.

2.3 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal.

“Exmº Senhor

Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Secretários da Mesa

Senhores Vereadores Presentes

Senhoras e Senhores Presidente de Junta e demais

senhoras e senhores deputados municipais

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Nesta sessão da Assembleia Municipal, a ter lugar em data bem próxima do 25 de Abril, dia da Liberdade assim genericamente conhecida, dia que pôs termo a décadas de ditadura e abriu as portas aos Portugueses e a Portugal, vamos tratar diversos assuntos, nomeadamente o relatório de prestação de contas, que apesar de ser um documento de cariz essencialmente técnico, retracta com todo o rigor as contas e os números de um ano de administração.

E tal como terei ocasião de explicar no ponto em questão, temos motivos suficientes para todos nos orgulharmos do trabalho desenvolvido, de execução orçamental e de rigor na gestão.

Em termos de gestão e de trabalhos, diremos que tudo está a decorrer dentro da normalidade institucional que se exige.

A situação financeira da Câmara é boa, as contas perfeitamente controladas, os pagamentos a fornecedores são efectuados dentro do que é norma neste município. Portanto, devemos encarar os próximos tempos com toda a tranquilidade, esperança e confiança no futuro.

Continuam em bom ritmo uma série de obras nas aldeias, quer executadas por administração directa da Câmara, quer por administração directa das Juntas de Freguesia.

Estamos neste momento a ultimar outras também bem importantes como seja o Parque biológico, que abre ao público no dia 1 de Maio, parques de estacionamento e Praça do Município, obras que devem ser inauguradas durante o próximo mês de Maio, com toda a dignidade que a importância das mesmas reclama.

Na última reunião do executivo, foram aprovados os projectos, o caderno de encargos e o lançamento do concurso de execução do estádio municipal.

Trata-se de uma obra importantíssima para o concelho, nomeadamente para todos aqueles que adoptam a prática do desporto como algo de essencial no dia-a-dia e também para as crianças e jovens que têm todo o direito ao crescimento integral e saudável.

O velho estádio municipal construído há cerca de 26 anos e que até hoje não sofreu qualquer intervenção, vai dar lugar a um amplo e moderno complexo desportivo onde será aplicada relva sintética, executados os trabalhos de drenagem, cobertura de parte das bancadas, instalações sanitárias, iluminação para a prática desportiva, mesmo à noite, vedações exteriores e um novo edifício de balneários.

Uma obra de grande importância para todos que em Julho próximo deve estar na fase de adjudicação, e que contamos iniciar já no próximo Verão, sendo que custa cerca de 2.000.000 de euros.

Pela sua importância a todos os níveis, não podemos deixar passar esta oportunidade sem fazermos referência a uma outra obra que já está em execução. Estou a referir-me à unidade de cuidados continuados.

Como concerteza já repararam, do lado norte do actual Centro de Saúde e nas instalações do antigo hospital, está a nascer um novo edifício, dizemos novo porque do antigo só ficam as paredes exteriores e poucas.

Trata-se de um investimento de excelência, de um serviço que o concelho e a região precisa e que tal como já afirmei destina-se fundamentalmente a acolher pessoas doentes acamadas que, por um motivo ou outro, não possam estar em suas casas.

É uma obra que segundo o contrato deverá estar pronta ainda no final deste ano, custa aproximadamente 2.000.000 de euros e está a ser financiada em 50% pelo Estado e nos restantes 50% pela Câmara e Santa Casa da Misericórdia de Vinhais.

Um outro ponto que pretendo tratar nesta intervenção tem a ver com a aplicação do novo regulamento de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos sólidos.

Apesar do regulamento ser considerado por todos como tecnicamente bem feito e consensualmente necessário, tendo sido aprovado sem restrições tanto na Câmara como na Assembleia, à medida que começou a produzir efeitos, vieram “ao de cima” alguns factos que de todo desconhecíamos e fomos surpreendidos com algumas realidades de todo indesejáveis.

Significa isto que, uma matéria tão importante quanto esta, tem que ser adaptado conforme as circunstâncias.

Assim sendo, aprovámos na última reunião de Câmara, algumas alterações que agora damos a conhecer e que solicitamos a todas as Juntas de Freguesia que as

publicitem convenientemente para conhecimento geral de todos os consumidores.

Assim:

1º - Suspendemos a cobrança da taxa resultante da limpeza de fossas nas aldeias onde não existe saneamento, propondo-se apenas o pagamento para aqueles casos em que existindo saneamento a pessoa não quer ligar os esgotos ao colector geral, quando o podia e devia fazer.

2º - Quem tiver mais do que um contador, só paga as taxas de resíduos e saneamento pelos contadores das casas de habitação;

3º - Acaba a taxa única e passam a vigorar as seguintes taxas:

Para a Vila

0 – 5 m³ – 0,35 €

6 – 15 m³ – 0,65 €

a partir de 16 m³ -1,55 €

isto é paga-se apenas a água que se gasta contada ao metro cúbico.

Aldeias

0 – 5 m³ – 0,25 €

6 – 15 m³ – 0,35 €

a partir de 16 m³ - 1,55 €

Quanto à quota de disponibilidade, baixou para 2,05 € já que praticamente todos os contadores caiem na medida dos 15/20 mm.

O que aqui deve ser realçado é que a taxa de disponibilidade está agora acessível a todas as pessoas e não devem deixar de requerer um contador quando precisarem.

Por último, as Juntas de Freguesia passam a receber uma percentagem não da receita por eles cobrada, mas da quantia paga pelo conjunto dos consumidores da freguesia, independentemente de terem ou não efectuado a cobrança, sendo que à junta compete sempre fazer a leitura.

Quanto à situação financeira:

- Dotações Orçamentais – €923.549,90

- Dotações não orçamentais – €768.755,87

Por fim um outro assunto de grande importância e que tem a ver com as candidaturas aos fundos comunitários.”

Terminada a intervenção escrita, o Senhor Presidente da Câmara passou a informar os Senhores membros que foi distribuído no momento, um aviso aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, relacionado com a abertura de candidaturas para apresentação de projectos de investimento na agricultura. Adiantou ainda que este assunto é tratado com a Empresa Municipal ProRuris.

Solicitou aos Senhores Presidentes de Junta o favor de o afixarem, e o explicarem às pessoas, porque se trata de uma candidatura sujeita a prazos.

Continuou referindo que, tem vindo a fazer todos os possíveis para que todos tenham conhecimento de toda a actividade da Câmara. Por essa razão, passou a informar de forma breve, as candidaturas que têm sido efectuadas.

Referiu que o Quadro de Apoio terminou, estando já outro em vigor, tendo diversas vertentes como exemplo Interreg, Feder e outros. As candidaturas que abriram até agora, no âmbito do Interreg, são de quatro tipos a saber:

- Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal;
- Programa de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico;
- Programa de Cooperação Territorial do Sudoeste Europeu;
- Programa de Cooperação Internacional, o Interreg 4C.

Passou a explicar cada um deles, referindo que o primeiro é um programa que financia actividades e projectos desenvolvidos entre Portugal e Espanha.

O segundo é relacionado com o eixo atlântico, ou seja, os países que confinam com o Oceano Atlântico, ainda não abriu.

O terceiro é o Programa de Cooperação Territorial do Sudoeste Europeu, que foi apresentado em Santander, na passada segunda-feira, onde esteve presente, acompanhado de um técnico da Câmara, e onde estão também já a apresentar candidaturas. Acrescentou que se trata de dinheiro existente apenas para Portugal, Espanha, França e Gibraltar.

Foram apresentadas candidaturas ao sub-programa norte de Portugal - Castela e Leão, e sub-programa Norte de Portugal – Galiza.

Adiantou que iriam aprovar nesta data, um documento, que é um protocolo de cooperação das Câmaras da região do Alto Tâmega com as Câmaras da região de Orense, para fundos comunitários. Alguns destes projectos já foram feitos também nesse âmbito.

As candidaturas formuladas no âmbito do sub-programa Norte de Portugal – Castela e Leão, foram as seguintes:

- candidatura de Recursos Naturais para o Desenvolvimento Rural e Cooperação entre as Regiões Transfronteiriças, de setecentos e dois mil euros, destinado a financiar o Centro de Interpretação de Raças Pecuárias, ou seja, para aumentar o Parque Biológico, no nosso caso.

- Criação da Promoção da Agro-Via Turística, Circuito Vinhais, Ciradilha, passando depois para o Parque Biológico. Para criação de uma Estalagem no alto da Ciradilha.

- Rede Transfronteiriça de Povos para Cooperar em Património Rural Histórico e Histórico-Cultural. São trezentos e cinquenta mil euros.

Restauro e recuperação das muralhas do Castelo de Vinhais, adaptação do Lagar de Azeite de Rebordelo a Museu e Centro de Interpretação do Azeite e Instalação do Parque temático das Artes e Ofícios em Vinhais.

No que diz respeito a Recursos Turísticos para a província de Zamora e Nordeste Transmontano é uma candidatura de seiscentos mil euros, que incluiu um Centro de Interpretação da Caça e da Pesca no concelho de Vinhais.

Candidatura para Feiras e Mercados – Beneficiação de Mercado de Gado, segunda fase, para compra de equipamentos para a Feira do Fumeiro e Feira da Castanha.

Candidatura para as acessibilidades – Beneficiação de ligação da ponte do Couço à Moimenta e Fronteira.

Tradições Culturais Transfronteiriças associadas às celebrações de subsistis de Inverno, (Máscaras), Reabilitação de Edifício para salas de formação, para a recuperação de elementos antropológicos, associados à celebração da época de subsistis de Inverno .

- Candidaturas para a Acção Social:

- Beneficiação e Adaptação de edifício a Centro de convívio – Freguesia de Nunes.

- Beneficiação e Adaptação de edifício a Centro de convívio – Freguesia de Sobreiro de Baixo.

- Beneficiação e Adaptação de edificio a Centro de convívio – Freguesia de Celas

Estas foram as candidaturas apresentadas em conjunto com a parte de Espanha, sendo que o valor total elegível é de dois milhões novecentos e vinte e quatro mil euros.

As candidaturas apresentadas com a parte de Ourense/Galiza,

- Gestão energética – cem mil euros – Instalação de painéis solares, para aquecimento da água das piscinas cobertas.

-Promoção económica do Vale do Tâmega – beneficiação dos Parques Industriais, promoção de produtos locais e promoção regional - sinalética – cento e oitenta e quatro mil euros.

- Novas tecnologias ao serviço da Protecção Civil – Infra-estruturas Florestais.

- Redução da sinistralidade rodoviária – reforço da componente tecnológica

- Acessibilidades – beneficiação e rectificação da estrada municipal Vinhais-Moimenta, primeira fase, até aos Salgueiros. – um milhão duzentos e cinquenta mil euros. Optaram por candidatar metade da estrada porque não havia mais verba. Sendo que nesta componente foram buscar o dinheiro todo.

- Redes de saneamentos – Rio de Fornos – Etar em Fresulfe

Somam estas candidaturas um total de dois milhões, trezentos e quarenta e nove mil e quinhentos mil euros.

Informou que no âmbito do Interreg, não têm a garantia de que todas as candidaturas possam ser aprovadas, ou seja, as decisões neste tipo de projectos, são decisões políticas, porque são decisões tomadas em conjunto entre Portugal e Espanha. Adiantou que também têm algumas candidaturas com França encontrando-se a preparar outras com Irlanda.

Sentiu necessidades de informar a Assembleia daquilo que se anda a fazer em termos de candidaturas.

Informou ainda que do conjunto dos Municípios todos, Vinhais, foi o que apresentou mais candidaturas, sendo que não se consegue prever quanto dinheiro virá.

Adiantou que a par destas candidaturas, irão abrir também brevemente as candidaturas para o PO regional, ou seja, tudo o que vai financiar estradas, saneamentos, contadores, e arranjos urbanísticos financiados pelo QREN. Até ao momento abriram para os centros escolares.

Existem outras linhas de crédito para financiar outras obras, algumas condicionadas, tais como, para candidatar uma obra de saneamento, obriga que um parceiro espanhol candidate outro.

Para o arranjo da estrada da Moimenta foi necessário o alcaide de Viana do Bolo, candidatar a estrada de Manzaneda a Viana do Bolo. Concluiu que são projectos que implicam investimentos de ambos os lados.

Além do PO Regional, estão a ser feitas as candidaturas para a questão dos saneamentos, e as estradas que faltam.

Adiantou ainda que têm um outro projecto importantíssimo que é gerido pela CORANE, que é o Programa Líder, que está este ano muito vocacionado para a agricultura.

Terminou desejando sorte para que estes projectos venham aprovados.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, questionou os Senhores membros se pretendiam colocar alguma questão, ou pedido de esclarecimento.

Ninguém manifestou intenção de intervir.

2.4 - Período de intervenções.

2.5 – Acordo de Cooperação Transfronteiriça.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar neste ponto. Passou a informar que se trata de um acordo entre os municípios de Boticas, Chaves, Valpaço, Montalegre, Vila Pouca de Aguiar, Vinhais e a deputacion provincial de Orense, para a criação Associação de Cooperação Transfronteiriça do Vale do Tâmega.

Passou a explicar que se destina a construir uma grande região europeia, entre o Vale do Tâmega e a região de Orense e para se poder candidatar directamente a fundos comunitários, poderão fazê-lo directamente a Bruxelas e gerir com toda a autonomia as verbas que forem destinadas. Adiantou que já foi aprovada em reunião de Câmara, pelo que solicita que seja também aprovada nesta Assembleia.

O Senhor Presidente da Mesa questionou os Senhores membros se pretendiam colocar alguma questão. Não houve inscrições para debate.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

2.6 – Aumento de capital na Empresa Ecolignum Madeiras Nobres de Vinhais, Lda.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia para fazer uma breve apresentação do ponto em questão.

Referiu que todas as Juntas de Freguesia estão a par da situação, tendo sido deliberado na última assembleia-geral da Empresa, proceder como era obrigatório, por parte do ex-

IFADAP, ao aumento de Capital. Adiantou também, que este assunto foi tratado em reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal.

Questionou os Senhores membros se pretendiam algum esclarecimento neste ponto da ordem de trabalhos. Ninguém manifestou intenção de intervir.

Foi aprovado por maioria com uma abstenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Candedo.

2.7 – Distinções Honoríficas do concelho de Vinhais.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação do ponto em questão.

O Senhor Presidente da Câmara passou a explicar que aquilo que se vinha falando há alguns tempos, está agora concretizada numa proposta, que foi já previamente aprovada numa reunião de Câmara e contou com a colaboração dos Vereadores do PSD e PS. Adiantou que, as pessoas que a Câmara propõe à Assembleia, para poderem ser homenageadas, na altura do vinte de Maio, são as seguintes:

António Aleixo Morgado, Dr. Luís António Borges, como personalidades já falecidas. Maria Inácia Fernandes, Professora Mercês Natália Pires, Maria Helena Vieira de Queirós Ferreira, Dr. Luís Augusto Setas Lima Barreto, e Padre Joaquim Leonardo São Vicente, que veio a falecer posteriormente.

Em termos de organizações, mencionou a Associação Cultural e Recreativa do Calvário, o Seminário de Vinhais, Rádio Vinhais, Adega Cooperativa do Rabaçal, Cooperativa dos Agricultores de Vinhais, Futebol Clube de Vinhais e a Santa Casa da Misericórdia de Vinhais.

Referiu que é sempre discutível o porquê de serem estes e não outros, sendo que, aquilo que pretenderam foi distinguir pessoas que representem determinadas profissões, ou grupos. O critério foi este, e mereceu consenso em reunião de Câmara.

Referiu ainda, que no feriado do vinte de Maio, numa sessão solene, a Assembleia deverá com toda a dignidade, testemunhar a distinção destas pessoas e instituições, atribuindo as medalhas conforme o grau.

Considerou ser uma boa prática se a Assembleia e a Câmara assim o decidirem, continuando este trabalho. Se não for todos os anos, que venha a ser com alguma regularidade.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Senhores Membros se pretendiam usar da palavra.

Inscreveram-se os Senhores membros seguintes:

- Carlos Abel;
- Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Ossos;
- António Gonçalves.

Tomou a palavra o membro Senhor Carlos Abel que iniciou por cumprimentar todos os presentes e passou de seguida a congratular-se por esta introdução e por esta designada boa prática, pelo Senhor Presidente da Câmara.

Referiu que esta medida partiu do seu partido, contrariamente aquilo que se diz a respeito de serem uma oposição destrutiva, sem ideias, que não sabe o que faz, e considerados também um grupo de garotos. Dito isto, disse que este grupo sabe o que quer, o que faz e para onde vai.

Considerou que é óbvio, caber aos seus opositores dizer o contrário, no entanto e não desmerecendo a listagem de pessoas propostas, na qual votaram por unanimidade em reunião de Câmara, gostaria da mesma forma com que se congratula e parabeniza, o Senhor Presidente e o executivo, pela introdução desta boa prática, lamentar a não introdução das restantes três pessoas que o seu grupo propôs. São elas, os dois Presidentes de Câmara eleitos e reeleitos diversas vezes, que em sua opinião e sem margem de dúvidas, seriam duas das pessoas que mais mereciam este prémio.

Não pretendia por em causa as pessoas que fazem parte desta lista, mas sem dúvida que o Senhor Engenheiro Carlos Taveira e o Capitão Humberto Sobrinho Alves, mereceriam como ninguém estas medalhas, por essa razão irão propor e insistir nestas duas pessoas e também no Senhor Doutor Sebastião Campilho, no próximo ano.

Em sua opinião, este tipo de atribuições estão acima de querelas políticas e das desavenças pessoais que eventualmente possam existir, porque essas pessoas são pessoas que deram o máximo por este concelho e que por isso merecem mais do que ninguém. Da mesma forma que o Senhor Presidente da Câmara a merecerá, e independentemente daquilo que os separa, terá com toda a certeza uma medalha, que gostaria de atribuir já, mas prefere esperar por dois mil e nove.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Ossos, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e passou a referir que gostaria de fazer

referência à distinção da Senhora Maria Inácia de Lagarelhos. Referiu terem sido todas bem merecidas, mas esta compete-lhe mais a si, porque conheceu o problema, a tragédia, e por essa razão concorda com a distinção que lhe foi feita.

Não ficou surpreendido, com a redacção que leu, aquilo que está escrito é verdade, não faltando nada, apenas o trabalho que essa Senhora teve para criar oito filhos, tendo o filho mais velho quinze anos de idade. Chegou, com uma filha pequenina e depois de trinta dias, recebe a notícia que o marido tinha morrido em Moçambique. Apesar disso, foi uma mulher de armas, nunca desarmou, e conseguiu fazer dos filhos, homens e mulheres formados, e bem colocados, à excepção de um ou dois.

Agradeceu ao Senhor Vereador Roberto Afonso e ao Senhor Presidente da Câmara, a distinção feita.

Tomou a palavra o membro Senhor António Gonçalves, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, felicitando de seguida o executivo na pessoa do Senhor Vereador Roberto Afonso, que corporizou esta proposta, que em sua opinião parece meritória em todos sentidos. Os nomes que nela constam, de modo algum os discute, antes pelo contrário, aprova-os totalmente. Tal como disse o Senhor Presidente da Câmara, corre-se sempre o risco de haver alguns nomes, que podem ficar excluídos desta listagem e que eventualmente com a mesma propriedade poderiam lá estar. Passou a lembrar alguns casos, que presume não ter havido qualquer esquecimento sobre eles, acredita que eventualmente podem ser pessoas discutidas, que lhe parecem ser pessoas que com toda a propriedade poderiam constar desta lista. Passou a nomear um colega seu, por quem tem uma grande admiração, que é o Senhor Doutor Arnaldo Rodrigues.

Considerou-o um ilustre Vinhaense, que tem levado a todo o lado e a todo o distrito o nome de Vinhais, que se assumiu sempre como Vinhaense, tratando os seus conterrâneos desde há muitos anos, reformado, e por isso atreve-se a propor que constasse também desta listagem, porque bem o merece a todos os títulos.

Depois por outro lado, propôs entre o clero, porque vê com muita satisfação distinguido o Senhor Padre Joaquim, neste momento infelizmente falecido, mas também outros párocos que desde sempre têm exercido aqui a sua actividade paroquial, com a mesma profundidade em termos humanos, com grande brilhantismo, um deles já falecido que é o Senhor Padre Francisco Afonso, de Vilar de Ossos, que dedicou a sua vida ao concelho, tendo sido também um insigne escritor, uma pessoa que procurou estudar o concelho de Vinhais, nos seus aspectos etnográficos. Por ser uma pessoa que levou

longe o nome de Vinhais, e com toda a propriedade mereceria constar desta lista. Considerou, naturalmente haver outros párocos, que poderiam ser também equacionados, e certamente foram lembrados e pensados, para esta, ou futuras listas que venham a ser elaboradas neste mesmo âmbito.

Referiu ainda, não ver o nome dos Bombeiros Voluntários de Vinhais. Considerou tratar-se de uma instituição do concelho, por ventura uma das mais importantes, porque todos lidam, numa outra oportunidade, com os Bombeiros Voluntários de Vinhais, e por essa razão, acredita que deveriam também constar desta listagem.

Desconhece se houve alguma razão que justifique, se houver aceitará, mas se não houve nada em contrário, concorda que deveriam constar também desta listagem.

Por outro lado, percebeu também do texto da proposta, que algumas das situações encerram também o aspecto, não apenas pessoal, mas o aspecto de grupo, de alguém que desenvolveu a sua profissão. A figura do professor primário merece em sua opinião, ser lembrada e ser homenageada, porque foram elementos estruturantes e importantes, da sociedade, porque desenvolveram quer ao nível da educação e da influência que tiveram em todas as gerações, no tecido social da região. Neste momento recebeu a confirmação do Senhor Presidente, sobre a questão que aqui levantou.

Terminou referindo que lembra apenas estes, mas certamente que haverá outras pessoas, que poderiam, e deveriam ser incluídas, nesta ou em futuras listagens.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões que lhe foram colocadas. Referiu ser esta a primeira vez que se está a fazer um trabalho deste tipo, e se tivessem começado antes, já teriam completado esta ronda de justiça. Referiu que se deve começar por uma ponta, não concorda com a ideia de homenagear um grupo enorme, e com o devido respeito considerou que, se o fizessem, estariam a vulgarizar a cerimónia. Este ano serão estes, para o ano serão outros e assim será no futuro, considerou ser a atitude mais correcta.

Assumiu toda a responsabilidade própria, e concordou com a proposta que o Vereador Roberto Afonso apresentou. Referiu ser solidário com ele, da mesma forma que é com todos os seus colaboradores, tendo pedido que se sentassem à mesa para resolver.

Concordou com as palavras dos membros Senhores Carlos Abel e António Gonçalves, à excepção da parte que toca aos bombeiros porque estes já foram homenageados, pelo anterior executivo e também pelo actual, no grau ouro, referindo que percebe tudo aquilo que foi dito, razão pela qual iria tomar nota.

Antes de terminar informou ainda o membro Senhor Carlos Abel que percebeu o porquê de ter avançado com os dois nomes que apresentou. Considerou que deve ser dada a esta questão, a dignidade que ela merece, de forma a não introduzir alguma politiquice matreira, que todos percebem. Sugeriu ainda ao membro Carlos Abel, para falar com o Senhor Vereador Roberto Afonso, que este saberá responder-lhe às perguntas que foram colocadas.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, levou a votação a proposta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Antes de passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, lembrou que os dois pontos seguintes, não iriam ser sujeitos a votação. Apenas poderão ser discutidos, e todas as sugestões de melhoramento dos dois regulamentos, deverá ser feito por escrito e entregue na Câmara Municipal, sendo que na próxima Assembleia Municipal será feita a respectiva votação.

2.8 – Projecto de Regulamento do Parque de Campismo de Vinhais.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, questionou os Senhores Membros se alguém pretendia discutir este ponto. Ninguém manifestou intenção de intervir.

2.9 – Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, Drenagem de Águas Residuais, Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos do concelho de Vinhais.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, abriu período de intervenções, para debate.

Inscreveram-se os Senhores membros seguintes:

- Carlos Abel;
- Carlos Costa;
- Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais;
- Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa.

Tomou a palavra o membro Senhor Carlos Abel que iniciou por referir, não estar a perceber muito bem, aquilo que se está a discutir, porque na intervenção escrita do Senhor Presidente, foi dado conta, uma proposta que foi feita à Câmara, aprovada por unanimidade, relativamente à rectificação ao regulamento existente, da recolha de resíduos sólidos e drenagem de águas e saneamento.

Relativamente a esta temática, referiu que, para fasear o Partido Socialista, quando falam em trapalhadas do ex-Primeiro Ministro, Santana Lopes, porque de facto é disto que se trata neste ponto. Passou a explicar que concordam, e o PSD concordou, votando por unanimidade o regulamento, no sentido da racionalidade da água, preocupação que considerou comum. Não se consideram culpados do mau negócio que foi feito com as Águas de Portugal, porque na altura votaram contra isso, e contra a privatização da recolha dos lixos, porque acharam que seria um mau negócio para a Câmara. Nessa altura, o Senhor Presidente da Câmara actual era vereador, e nunca o ouviu falar sobre o mau negócio, pelo contrário, dizia que a oposição nesta Assembleia era uma política do deita-a-baixo, e não traziam nada de construtivo. Adiantou que agora o Senhor Presidente já concorda com aquilo que o PSD alertou na altura, o que não é nada mau, porque é sinal que estão a evoluir.

Considerou tratar-se de uma preocupação legítima, e sincera na questão das contas camarárias e da racionalidade da água, sendo que há outra coisa que os preocupa, que é a outra face da moeda. Por isso estão a tentar atalhar, porque a maioria das Juntas de Freguesia deste concelho, não têm contadores, anunciou que era sobre isto que o ilustre Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa falava, e muito bem. Adiantou já ter discutido este assunto e que talvez até conseguiram chegar a um consenso. Considerou que não é menos séria a proposta que apresentou e que irá propor a seguir.

Passou a referir que não lhe parece justo que das noventa e oito aldeias que este concelho tem, apenas vinte e sete estejam a pagar a água.

Relembrou que foi isto que disse na altura quando foi proposto em Fevereiro, porque não faz sentido. Em sua opinião, ou pagam todos ou não pagam ninguém. Explicou que aquilo que acaba de propor não é a abolição do regulamento, com o qual concordam, independentemente da questão das taxas, como foi falado na altura. Porque aquilo que acham que deverá ser feito, é sentarem-se numa mesa e discutir de forma regrada aquilo que está a ser feito, e a partir daí fazer as coisas da forma que têm que ser feitas, com estudos económicos de base, porque se houve aqui precipitações, essa precipitação deverá ser imputada à Câmara Municipal. Porque não podem estar a ignorar o

sentimento das pessoas, tanto daquelas que não estão presentes, mas também das que estão presentes, porque têm funções políticas, porque foram votadas para estarem nos órgãos que representam, e estão também aqui afectadas por este regulamento.

Por isso, considerou ser necessário ponderar os custos sociais que estão a impor às populações.

Questionou se este problema não deveria ser feito de forma gradual, analisando e ponderando uma evolução gradativa das taxas. Considerou ser muito importante, terem noção dos custos sociais, porque é óbvio que a Câmara comprando água a setenta e dois cêntimos e a vende-la no máximo a trinta e cinco cêntimos, está a ter um ónus social em mais de metade do valor, isto na mãe-d'água, sem contar as rupturas que eventualmente possam existir nos sistemas, do qual a Câmara é responsável. Assim, e por uma questão de justiça e de equidade entre as populações do concelho, a sua bancada considerou ser legítimo parar para pensar, suspender a aplicação do regulamento, sendo esta a proposta que irão apresentar à Mesa. Ou seja, continua-se a aplicar o antigo regulamento, até existirem elementos suficientes que permitam tomar uma atitude de decisão, ponderada e adequada. Porque inicialmente tinham o regulamento com que todos concordavam e a seguir suspenderam para setenta por cento do concelho, seguindo-se de uma redução de taxas, no fundo aquilo que estão a fazer é regressar a trás. Adiantou também que a sua bancada questiona também a própria taxa de disponibilidade que é por Lei, ilegal. Referiu haver um diploma aprovado, da antiga taxa de contador.

Terminou referindo que não irá ser votada, mas que iria ser agendada para a próxima reunião da Assembleia. Foi presente à Mesa a proposta de teor seguinte:

“ Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Vinhais

O Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Vinhais, considerando as situações de grave injustiça, arbitrariedade e ilegalidade introduzidas com o novo Regulamento de Abastecimento de Água, Drenagem de Águas Residuais, recolha de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Vinhais, vem por este meio propor a suspensão imediata do supra-referido regulamento, até à total cobertura do concelho e estudo económico do impacto do referido regulamento.

Os proponentes,

Carlos Costa, Carlos Abel, António Miguel “

Tomou a palavra o membro Senhor Carlos Costa para esclarecer que concorda com o referido regulamento, mas não concorda que seja aplicado neste momento, porque não se reúnem as condições mínimas para que se possa aplicar o regulamento. Referiu não compreender o porquê de algumas pessoas terem recebido uma factura para pagar setenta euros de resíduos, isto porque as pessoas pagam os resíduos de acordo com o consumo da água, verificando-se o mesmo problema com o saneamento, porque há pessoas em Vinhais que fazem muito lixo, e pagam pouco, como por exemplo, os supermercados.

Referiu ter feito um trabalho que supõe estar certo, que dita que das noventa e oito aldeias do concelho, sessenta não tem saneamento, ou seja, só vinte e sete é que pagam água, sendo que setenta e uma não pagam água. Adiantou uma outra questão caricata, verificada em freguesias em que metades pagam água e a outra metade não paga.

Deu ainda o exemplo da sua própria freguesia, na qual se paga o saneamento e não tem uma ETAR para tratar a água.

Adiantou que segundo dois juristas que teve o cuidado de consultar, esta situação poderá ser ilegal.

Continuou referindo que concordam que a água não poderá ser mais, ao preço que era antigamente, mas não concordam que um terço do concelho pague o que os outros dois terços consomem.

Questionou o Senhor Presidente sobre que justiça pode haver, numa aldeia que produz lixos e não paga e outra que paga, para além de terem o sacrifício de pagar água há vários anos como por exemplo as Freguesias de Ervedosa e Vale das Fontes.

Considerou todas estas questões uma injustiça tremenda, que deverá ser ponderada e a opção certa é mesmo parar. Deu como exemplo a atitude da Senhora Ministra da Saúde, referindo que mais vale parar agora, e eventualmente voltar a trás, do que estar a cometer este tipo de situações que são uma injustiça.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Vinhais que iniciou por cumprimentar mais uma vez todos os membros presentes, e passou a referir que subiu à tribuna para poder olhar olhos nos olhos o seu primo Carlos Abel, ilustre membro desta Assembleia. Passou a informar que na Reunião da Comissão Permanente, discutiu-se este assunto e falou-se no preço da água e de situações de pessoas que estariam a pagar quinhentos por cento do aumento da água, situação que consideraram injusta. A certa altura da referida reunião da Comissão Permanente referiu ter dito que tinha passado de doze euros para

trinta e três e o membro Carlos Abel respondeu que não teria pena, porque se trata de uma pessoa que pode pagar. Nesse momento pensou que se estaria a referir ao facto de ter algum dinheiro e capacidade de pagamento, mas enganou-se porque aquilo que verificou é que se trata de uma questão política, ou seja, não tem pena porque é de um quadrante político diferente do seu.

Considerou ser um assunto demasiado sério.

Quanto à questão apresentada pelo membro Carlos Costa, quando afirmou ser injusto a aplicação do regulamento, alegando que só dois terços é que pagam, sendo que tornar-se-á mais injusto se voltarem ao regulamento antigo, porque aí só um quinto é que vai pagar. No caso de virem a suspender os regulamentos, questionou os Senhores membros até quando iria ficar suspenso.

Continuou que o Senhor Presidente da Câmara fez umas promessas pessoas no que toca a não recorrer a créditos, referiu concordar com essa atitude de gestão, mas por outro lado considera que esta situação merecia no fundo, uma linha de crédito, um empréstimo específico de forma a resolver o problema do concelho de vez. Porque o investimento de um empréstimo, que fosse financiado para esta aplicação teria dividendos, com a aplicação das taxas e cobranças às pessoas. Considerou ser esta uma das boas medidas, que o Senhor Presidente deveria tomar, ou seja, a implementação o mais rápido possível, não ficando o Senhor Presidente da Câmara com qualquer problema, porque o lançamento desta proposta, está a ser feito pela sua bancada.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, que iniciou por cumprimentar novamente todos os membros, passando de seguida a dirigir a palavra aos membros Senhores Carlos Costa e Carlos Abel referindo que apenas dez por cento do concelho é que não têm contadores. Antes de terem emitido o comunicado deveriam em sua opinião, ter feito um levantamento da percentagem daqueles que não têm contadores, apesar de o partido dos membros em questão, estar por baixo e não tem dinheiro.

Adiantou que a gente da sua terra não ligou ao comunicado, não foram feitos comentários nem deram ouvidos. Porque querem o problema da água resolvido, o quanto antes, e por escalões.

Adiantou ainda que, o pagamento da água por escalões já se debatia, nesta assembleia, no tempo do Capitão Sobrinho Alves, estando o membro Senhor José Augusto Pinheiro de testemunha, por fazer parte da Assembleia nessa altura. Aquilo que pretendiam na

altura, era que quem gastasse pagava e quem não gastava não pagava, porque os Presidentes de Junta, tinham muitas dores de cabeça com a água, porque todos sabem que, o primeiro a levar nas costas é sempre o Presidente de Junta.

Continuou referindo que estão a discutir uma coisa que não lhe parece que mereça a pena. Voltou a frisar que apenas dez por cento do concelho não tem contadores, que daqui a talvez meio ano serão cinco por cento.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre questões que lhe foram colocadas.

Iniciou por esclarecer que o caminho é para a frente. Relembrou que na última reunião da Assembleia Municipal o membro Senhor Carlos Abel referiu, sobre este assunto que não pretendia por em causa, a seriedade nem o regulamento em questão, porque o considera um bom regulamento, no entanto diz discordar com a atitude de fazer um regulamento que não é aplicado em todos os sítios.

Continuou referindo que percebe a ideia que o membro Senhor Carlos Abel apresentou no comunicado, ou seja, pretendiam com o comunicado fazer uma onda a seu favor, criando a ideia que os malandros da Câmara queriam desgraçar a vida das pessoas, propondo a suspensão do regulamento, contando com os votos favoráveis de todos os Presidentes de Junta, criando assim uma vitória. Considerou este raciocínio um raciocínio correcto, para aqueles que o pensaram. Mas em sua opinião é uma estratégia que não funciona, porque no tocante, àquilo que foi dito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, não é de todo verdade, porque faltam alguns dados, embora este esteja mais próximo da realidade do que o membro Senhor Carlos Abel.

Passou de seguida a explicar que trinta por cento é que pagam água, ou seja, mais do dobro do número apresentado, porque Vinhais, Rebordelo, Ervedosa tem contadores de água. As aldeias grandes têm todas contadores de água, neste momento quem ainda não paga água são as aldeias pequenas, e é nestas aldeias que falta saneamento, porque se estas já tivessem saneamento é óbvio que também já teriam contadores.

Concluiu que é desta maneira que as coisas têm estado a funcionar, não percebendo o argumento defendido pelos membros que apresentaram o comunicado, quando dizem que, por um lado, estão preocupados com o negócio das águas, porque se cobra às pessoas menos do que aquilo que é pago às Águas de Trás-os-Montes, e por outro lado, vêm dizer que mesmo esse pouco que é cobrado, deixe de ser cobrado.

Considerou que esta pode ser considerada uma grande trapalhada, porque não se percebe, existindo uma grande dificuldade em entender este raciocínio.

Passou a informar ainda sobre esta questão, que recentemente foram colocados contadores em mil famílias, estando previstas outros tantos, para brevemente, ficando assim coberto o concelho quase na totalidade. Relembrou que, a certa altura, tinha dito que o espaço temporal, seria o mandato, mas vistas as coisas já não irão precisar do mandato.

Referiu ainda que as pessoas entendem e acarinhos esta ideia dos contadores, porque sabem que é a única maneira possível de terem água em casa.

Não percebe por isso, o porquê de só agora estes Senhores membros, se lembrarem e não há uns anos atrás, de propor a suspensão do pagamento da água, uma vez que agora mais do que nunca, o número de pessoas a pagar água aumentou, assim como as pessoas que têm saneamento.

Questionou o membro Senhor Carlos Abel, o porquê de só agora estar a tomar esta atitude e não a ter tomado há uns anos atrás.

Agora mais do que nunca, a Câmara tem tentado endireitar as coisas, e criar critérios de justiça, não percebe por isso, a atitude manifestada pelo membro Carlos Abel.

Antes de terminar, referiu que, compreendeu bem, a tentativa de oposição que foi feita, com a questão da água, por essa razão, sugeriu aos membros responsáveis pelo comunicado que arranjassem outro líquido mais apetecível, porque por aqui, não irão lá. Sugeriu ainda aos membros em questão que, metessem esta informação na cabeça, para que a brasa não lhes estoure nas mãos.

Continuou referindo que os primeiros beneficiários são a população, as próprias Juntas de Freguesia que estão a cobrar receitas para investir a favor de todos nas respectivas Freguesias.

Referiu-se ainda a um Plano de nome PEAASAR – Plano Estratégico de Abastecimento de Águas e Abastecimento de Águas Residuais, que prevê que no ano dois mil e sete é obrigatório para todos os municípios, equilibrar as contas em termos económicos e financeiros entre os custos da água e a cobrança. Fez referência ao artigo dezasseis, que é da Lei das Finanças Locais de teor seguinte: “... os preços e demais instrumentos de remuneração a afixar pelos municípios, relativos aos serviços prestados em matéria de água, saneamentos e resíduos, não podem ser inferiores aos custos directa ou indirectamente suportados pela sua prestação...” Explicou que o Orçamento Geral de Estado proíbe de facto aquilo que estão a fazer, porque não podem ter taxas inferiores

ao valor do custo. Como Presidente de Câmara, referiu assumir esta consequência, enquanto ao membro Senhor Carlos Abel, se achar lhe ficará bem, poder participar ao Tribunal.

Referiu mais uma vez que, assume esta posição, quando cobra metade do valor, se o membro Senhor Carlos Abel considerar que se trata de uma ilegalidade, sugeriu que gravasse e denunciasse. Porque como Presidente de Câmara não se preocupa em correr riscos, porque mesmo violando uma norma, sabe que está a defender a justiça, ou seja, está a fazer o melhor para o concelho. Se não for do agrado dos membros em causa, sugeriu que continuassem a fazer comunicados, alterando naturalmente a cor da seta, porque de facto a cor já não é a mesma, mas para isso terão que esperar por outro líder para corrigir tudo até ao fim. Em sua opinião este caminho que os membros pensaram seguir, não lhe parece ser o mais acertado, porque o caminho dos comunicados não é uma atitude que lhe confere credibilidade, coisa que está a ser muito difícil de conseguirem e cada vez pior.

Relembrou que tiveram uma posição na Comissão Permanente, adoptando outra diferente, na reunião anterior, que está expressa em acta, por essa razão não percebe a posição actual, tudo isto para tentar fazer politiquice com um assunto que não está a ajudar a resolver o assunto da água.

Terminou referindo que, um dias estes membros ainda chegarão ao poder, não sabendo ainda quando, porque isto tem que tocar a todos e nessa altura irão agradecer a toda a gente presente, o facto de lhe terem deixado este assunto arrumado e em condições.

Por essa razão, pediu o favor de não entrarem por aqui.

O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, abrindo de seguida um novo período de intervenções, pedindo a maior brevidade possível nas referidas intervenções.

Inscreveram-se os Senhores membros seguintes:

- Carlos Costa;
- Carlos Abel.

Tomou a palavra o membro Senhor Carlos Costa, para informar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia que deveria usar o mesmo critério no que toca às intervenções

efectuadas pelo Senhor Presidente da Câmara, que fala no período Antes da Ordem do Dia e não deveria falar.

Considerou o tema em questão, um tema de extrema importância, da qual lhe custa a falar ao Senhor Presidente da Câmara, por essa razão, tentou baralhar a cabeça das pessoas, de maneira a lançar poeira.

Adiantou que em relação ao PSD e à cor não é relevante, porque os clubes de futebol modernos, todos têm pelo menos duas cores. Adiantou também que o Senhor Presidente da Câmara tem a memória curta, porque esqueceu o tempo dos Governos do “ Cavaco”, que passou anos e anos na sombra e nada fez.

Quanto aos comunicados, questionou o Senhor Presidente de Câmara se tinha memória de quantos comunicados tinha feito. E se aprendeu com eles.

Quanto à questão da água, questão essa que o preocupa, referiu que o Senhor Presidente não respondeu a nenhuma questão que foi levantada por si. Nomeadamente a questão de uma pessoa pagar uma factura de cinquenta e setenta euros de lixos, enquanto um supermercado que enche todos os dias quatro contentores de lixo pague zero cêntimos.

Quanto ao facto de dez por cento não terem ainda contadores de água, referiu que tal afirmação indica que não fizeram o trabalho de casa. No caso de terem alguma dúvida, adiantou que se for necessário poderá citar aldeia a aldeia, mas aconselhou o Senhor Presidente a fazer o trabalho de casa, porque pelo que vê não o fez muito bem, uma vez que apenas vinte e sete aldeias pagam água e não trinta como foi dito pelo Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia fez uma chamada de atenção para o facto de haver alguma brevidade nas intervenções.

O membro Senhor Carlos Costa continuou referindo que aquilo que o preocupa é saber que existem pessoas com aumentos de quinhentos por cento na água, e haver aldeias que não pagam água. Se o Senhor Presidente da Câmara afirma que apenas dez por cento das aldeias não têm contadores, não seria necessária a proposta que aplaudiram ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, ou seja, não era preciso fazer nenhum empréstimo, porque a Câmara tem condições para o fazer de imediato, porque dez por cento não custa muito.

Concluiu que o PS se contradiz com muita facilidade, para umas coisas dizem que é dez por cento, por outro dizem que não há dinheiro para meter os contadores de imediato.

Sugeriu que primeiro coloquem os contadores, de modo a que todos possam pagar por igual, e a Câmara encontra uma forma de toda a gente pagar igual e ter o mínimo possível de prejuízo, porque a seu ver, esta atitude é que é justa, porque não é justo pagarem uns e outros não pagarem. Se olharem para as aldeias que não pagam, referiu ser uma barbaridade, a quantidade de aldeias que não pagam.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia para esclarecer a questão dos tempos previstos para as intervenções. Relembrou que aquilo que o regimento diz é muito claro, ou seja, períodos de intervenção de cinco minutos e períodos de resposta de três minutos. Informou o membro Senhor Carlos Costa que este gasta largamente o período de resposta de três minutos, e a Mesa tem o princípio de não o interromper. Em relação às intervenções do Senhor Presidente da Câmara a metodologia que a Mesa adoptou foi uma metodologia muito simples, as perguntas são feitas, todas por inteiro e se for feita a conta simples, que a cada resposta o Senhor Presidente terá três minutos, naturalmente que ficará sempre aquém do tempo de resposta. Considerou ser um assunto recorrente.

Tomou a palavra o membro Senhor Carlos Abel, prometendo ser breve na sua intervenção. Começou por referir que o Senhor Presidente da Câmara fez um truque engraçado, tentando acicatar os ânimos para que haja discussão e não se discuta nada. Adiantou que esta estratégia já lhe é conhecida.

De seguida passou a responder à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, referindo que o facto de o ter olhado nos olhos o inspirou porque fez a pergunta e deu de seguida a resposta. Ou seja, primeiro perguntou qual iria ser o timing e de seguida sugeriu colocar todos os contadores, nem que a Câmara tenha que fazer um empréstimo. Chamou a isto, um auto-diálogo, porque fez a pergunta dando de seguida a resposta, que também é a sua solução.

Relativamente ao facto de o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, ter dito que era pouca gente, referiu que mesmo que fosse uma pessoa, era igual.

Quanto à incoerência e falta de credibilidade anunciada pelo Senhor Presidente da Câmara, relativamente à posição da bancada do PSD, aquilo que foi dito na altura em que foi feita a suspensão para setenta por cento do concelho, foi que havia uma clara injustiça, sendo isto o que o Senhor Presidente da Câmara teve oportunidade de ler, e

ouvir mais uma vez hoje repetindo nesta Assembleia. Não compreende por isso, o porquê de chamar incoerência a este comportamento.

Sobre a questão dos contra-sensos, informou que dizer um contra-senso é dizer que não há problema e rectificar como se houvesse problema. Porque o Senhor Presidente gritou aos sete ventos de microfone, dizendo que não havia problema algum, e por essa razão acreditaram que não havia problema, mas afinal havia um problema porque foi suspensa a aplicação, numa primeira fase, e numa segunda altera as taxas e o regulamento.

Referiu que racionalizar a água é um bom principio, continuando a considerar tal como considerou há cerca de oito anos atrás, que o negócio com as Águas de Trás-os-Montes foi um mau negócio. Reconheceu que nesta questão o Senhor Presidente da Câmara, aqui já reconheceu que não foi um bom negócio.

Relativamente à questão de o Senhor Presidente considerar que não houve contestação, sugeriu que o Senhor Presidente começa-se a andar menos de jipe e mais a pé, para ouvir as pessoas falarem neste assunto. Garantiu que com toda a certeza, as vai ouvir falar, porque como membro da Assembleia, não está no concelho o tempo todo, mas ouve as pessoas falar. Considerou que talvez por medo ou por respeito, as pessoas não falam directamente com o Senhor Presidente da Câmara, mas o que é certo é que falam, e ambos sabem que as pessoas falam.

Para terminar referiu-se à questão da mudança dos símbolos políticos, questionando o Senhor Presidente onde está o punho, porque agora é uma rosa. Adiantou que em Portugal a comunicação vende as ideias a as pessoas acomodam-se a elas. O PS fez uma reformulação no tempo do Senhor Engenheiro António Guterres mudando do punho para rosa. Não compreende por isso, onde está o problema de mudarem o símbolo ou o fundo do PSD.

Terminou informando que, irá manter a sua posição, e não encontra incoerência alguma, porque este assunto foi debatido em Reunião da Comissão Permanente, como bem sabe, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, sendo que na altura até houve uma certa unanimidade, tendo concordado com a ideia que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais apresentou.

Considerou ser necessário haver justiça e acredita que o Senhor Presidente da Câmara não irá voltar a trás, da mesma forma que não voltou no Centro de Saúde, mas sabe que no fundo até concorda com aquilo que acabou de ouvir.

2.10 – 2.^a Revisão ao Orçamento da Despesa e 2.^a Revisão ao Plano Plurianual de Investimento.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação do tema em questão.

Adiantou que se pretende incluir algum dinheiro para as obras que estão a levar a efeito no edifício da Casa do Povo, para o aumento do capital da Ecolignum e para o caminho do Senhor dos Aflitos.

Inscreveu-se para debate o Senhor membro seguinte:

- Carlos Abel.

Tomou a palavra o membro Carlos Abel para informar que relativamente a esta questão, como sempre a bancada do PSD, irá abster-se.

Colocada a votação a 2.^a Revisão foram aprovadas por maioria com sete abstenções dos membros do PSD.

2.11 – Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2007.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação do ponto em questão, uma vez que na intervenção que anteriormente fez sobre o estado e vida do município, adiantou alguns dados. Por essa razão iria fazer algumas explicações que lhe parecem de algum prémência.

Considerou que o documento que os Senhores membros receberam por fotocópia é um documento técnico, e não um documento político, porque todos sabem que as contas são o resultado das várias operações que se vão fazendo, a maneira como se gasta e como se recebem as receitas, as opções que se tomaram na altura devida. A primeira parte do documento, contém o orçamento pelo qual a Câmara no ano dois mil e sete, se orientou, sendo aquilo que mais interessa explicar é a partir da página cento e dezassete, que trata a evolução do endividamento, tendo neste caso, uma regressão desde dois mil e quatro a dois mil e sete. Em dois mil e quatro a Câmara devia à banca, três milhões, quatrocentos e vinte e nove mil euros, e em trinta e um de Dezembro de dois mil e sete, devia dois

milhões duzentos e noventa mil euros, havendo aqui uma redução de um milhão e duzentos mil euros, em três anos.

Adiantou que na página seguinte se encontrava um gráfico demonstrativo desta realidade, assim como a confirmação de que a Câmara Municipal de Vinhais, se poderia endividar neste momento em seis milhões, seiscentos e dezoito mil euros. Concluiu que está muito aquém daquilo que é a capacidade de endividamento. Acrescentou ainda que, é vontade deste executivo não contrair nenhum empréstimo durante este mandato, sendo esta uma promessa ou um desejo próprio, ou seja, não é uma promessa pública.

No caso de serem obrigados, obviamente que terão que o fazer.

No que diz respeito a receitas, informou que recolheram cento e quarenta e cinco por cento dos impostos directos, dos que estavam previstos, ou seja, previam recolher trezentos e vinte e dois mil euros e recolheram quatrocentos e setenta mil.

O rendimento de propriedades, ficou aquém do que estava previsto, e em transferências correntes, também teve um aumento.

Na página cento e dezanove, chamou a atenção para a venda de bens e serviços, ou seja, para a explicação de algumas coisas que, as pessoas têm vindo a perguntar, nesta sala.

Na página cento e vinte e dois, verso passou a citar “ análise e estudo analítico da água, quinhentos e trinta e sete mil euros. E na página cento e dezanove diz venda de água – cento e seis mil euros. Ou seja, no dia trinta e um de Dezembro de dois mil e sete, a Câmara para receber de água cento e seis mil euros, gastava para tratar essa mesma água, quinhentos e trinta e sete mil euros. Informou ser este o negócio que tinham, e questionou todos os presentes, se este realmente, é o caminho e se merece a pena continuarem a adiar esta situação. Concluiu que para cobrar cerca de vinte mil contos na moeda antiga, gastam mais de cem mil contos.

Referindo-se ao momento em que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, fazia a sua proposta, mencionou que o Senhor Vereador Salvador tinha proferido num comentário à questão levantada, que a proposta para colocar os contadores não é viável, porque iriam pagar mais de juros do que o valor da água.

No que diz respeito às receitas correntes, declarou que desde dois mil e quatro, têm vindo a aumentar todos os anos, como se pode reparar. Quanto às transferências de capital referiu que elas deram um salto enorme desde o ano de dois mil e quatro até ao ano de dois mil e sete, sendo que em dois mil e quatro estavam em quatro milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, tendo ficado o ano passado a seis milhões, novecentos e trinta e três mil, e este ano em cinco milhões, oitocentos e cinquenta e

cinco mil. Adiantou que o ano de dois mil e seis, em parte, o valor deveu-se à injeção de dinheiro, com a venda das barragens, mas fundamentalmente com os dinheiros dos fundos comunitários, dos projectos que se tem concretizado.

Na página cento e vinte um, referiu que desde dois mil e quatro até á data têm estado a crescer no que diz respeito a receitas totais. Na mesma página, verso, referiu que quanto a despesas com o pessoal, poderiam ir até sessenta por cento das despesas correntes do ano anterior, estando uma margem de dezasseis por cento, do limite. O mapa apresentado nessa página, retracta o movimento do quadro de pessoal no município. Informou que em dois mil e quatro, entraram seis funcionários em dois mil e cinco entraram dezasseis, e em dois mil e seis entraram dois, e em dois mil e sete, zero. Quanto a promoções, cinquenta, em dois mil e quatro, em dois mil e cinco, foram quarenta e dois, em dois mil e seis, foram seis, e em dois e sete, igual número. Lembrou que estão proibidos de mexer no quadro de pessoal e de fazer progressões por imposição da Lei que publicou o Orçamento Geral do Estado.

Continuou dando conta do tipo de despesas com a aquisição de serviços, assim como as transferências para as Juntas de Freguesia, e terminou referindo uma nota que lhe foi transmitida pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, em termos de execução do PPI tiveram uma realização de sessenta e quatro ponto trinta e três por cento e em termos de orçamento tiveram uma execução na receita de setenta e cinco por cento e na despesa de oitenta e três por cento do previsto, respectivamente. Considerou os números muito bons, quanto ao documento, não o considerou bom nem mau, mas sim o retrato daquilo que a contabilidade escreve, quando apresenta as contas à Assembleia Municipal.

Inscreveram-se para usar da palavra os Senhores membros seguintes:

- Carlos Abel;
- Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais;

Tomou a palavra o membro Senhor Carlos Abel, para referir que relativamente à questão do documento em si, se iriam abster, apesar de algumas das obras que nele estão consignadas, e que estão a ser feitas, também pertenciam ao seu programa, enquanto existem outras que não eram consignadas pelo seu programa, as quais foram dadas prioridades que, talvez a sua bancada não daria, daí a abstenção que anunciou.

Relativamente à questão da estratégia de fundo, daquilo que passa para além dos números, que está subjacente à direcção e aos objectivos que dão às coisas, passou a citar aquilo que escreveu relativamente às grandes opções estratégicas do orçamento de dois mil e cinco: «Apesar do exíguo período decorrido, é já possível antever as grandes linhas orientadoras do actual executivo, que passam por um lado pela criação da supra-estrutura tentacular que tenta abraçar todas as áreas sociais do concelho, continuando a fazer do município o grande empregador e motor de desenvolvimento, patente na proposta hoje apresentada, relativamente à criação das duas Empresas Municipais. E por outro numa sistemática preocupação no marketing político baseado em aparências, e com uma estratégia de desenvolvimento ultrapassada e alicerçada no paradigma do betão próprio da ida década de noventa.» Continuou referindo que foi isto que disse em dois mil e cinco e volta a dizer hoje, podendo aparecer em acta.

Acrescentou que este assunto já foi discutido em Comissão Permanente da Assembleia, estando a trabalhar numa proposta robusta, que pretendem que seja um farol para a grande parte daquelas que se façam à volta do concelho, que é relativamente ao saldo fisiológico desta região e do concelho em particular.

Passou a informar que em Vinhais morreram no ano passado duzentos e quarenta e oito pessoas, e nasceram quarenta e duas, as empresas encontram-se numa situação económica que o Senhor Presidente de Câmara sabe muito bem, que não têm perspectivas de futuro, por isso entende que é por aqui que têm que atalhar. Relembrou que têm feito propostas em Comissão Permanente e em reunião de Assembleia que não são de forma alguma destrutivas, antes pelo contrário, são construtivas.

Enumerou algumas dessas propostas, entre elas a questão da natalidade, de reconhecer as pessoas que tiveram mérito e que servirão de exemplo, e também a criação de incentivos à fixação das pessoas no concelho e à criação de empresas que o membro Senhor João Correia falou.

Continuou referindo que para a sua bancada é importante que a Câmara incentive, mas não é tão importante que a Câmara seja o único motor de desenvolvimento do concelho. Acredita que o Senhor Presidente e todos os presentes compartilhem desta preocupação, sendo esta a estratégia que têm que alicerçar, escolhendo três ou quatro sectores, uma vez que eles próprios já se definiram, são eles o turismo, e a produção agrícola, ou seja, serão estes os grandes alicerces e as grandes linhas orientadoras.

Continuou referindo que também já se vislumbra com a existência de algumas actividades meritórias nesta área, mas entende que deveria haver um guião. Esta foi uma

proposta sua, em dois mil e cinco, e volta a propor agora, a criação de uma linha estratégica orientadora, independentemente do partido que esteja na Câmara, com aquilo que querem de Vinhais agora e aquilo que querem que seja no futuro.

Referiu ser esta a sua opinião, opinião essa, que sabe que é compartilhada por todos, porque a maior parte que estão nas suas aldeias, sabem quanta gente morre e quanta gente nasce, e quanta gente perdem por ano. Considerou esta situação uma realidade que não podem negar, porque está a par de todos, assim como ter que encerrar escolas e ter que abrir centros de dia e lares de terceira idade, e ampliar cemitérios.

Concluiu que, é isto que têm que resolver, não quer dizer que não está a ser feito um esforço, mas por todos devem definir as linhas de rumo, as linhas orientadoras que dêem futuro a esta terra. Porque esta terra merece o melhor e merece ter pelo menos as condições e as qualidades de vida, deixando de estar no número dois, em baixo, no que toca à qualidade de vida.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Vinhais, que iniciou por referir que a sua intervenção iria ser muito rápida, e também um pouco contra a linha de pensamento do membro Senhor Carlos Abel. Referiu que após ter feito uma análise de uns números, passou a entender a posição do membro Senhor Carlos Abel, que considerou ser como a sua, numa determinada área. Passou a explicar que aquilo que faz entender as contas do município é a execução orçamental, e se forem verificar, Vinhais não tem assim tanto betão, porque só tem setenta e um por cento daquilo que projectou para este ano, ou seja, ainda falta mais betão, ou mais jardins, ou uma paisagem diferente para que as pessoas possam vir a Vinhais.

Quanto à questão das despesas correntes, dos subsídios e dos incentivos é mais despesismo, porque já têm mais cem por cento daquilo que previam gastar. Considerou que, talvez seria bom esse tipo de projecto, mas talvez cortando noutro tipo de despesas que se têm, não sabe como, mas sugeriu que talvez analisando em reunião da Comissão Permanente se poderá chegar a uma ideia.

Por ter olhado para as contas, ficou um pouco preocupado, em relação às receitas e às despesas de capital, porque para si, são estas que lhe interessam, porque as despesas correntes são fáceis de orçamentar. Adiantou que tal como na sua intervenção anterior, também aqui já tem resposta para esta situação, explicando que a Câmara estaria a prever receber os subsídios dos fundos comunitários mais cedo, e como não recebeu, as despesas de capital não foram assim tantas.

Continuou referindo que o Senhor Presidente pode não saber nada de contabilidade, mas como Presidente da Junta aconselhou a leitura do documento que foi feito, e por uma questão de transparência, referiu que existe uma auditoria às contas, que foram feitas por um revisor, chamando a atenção para as coisas que estão menos bem. Concluiu sobre esta questão que uma gestão faz-se pela transparência, e faz-se também pela indicação das coisas que estão menos boas.

Ainda em relação às contas, e problema do descontrolo das despesas, fez uma chamada de atenção a todos, para a questão das transferências de materiais para as Juntas de Freguesias. Alertou para o facto de existir um descontrolo total, e também para o facto de ser muito difícil controlar os stocks da Câmara com as existências de materiais. Adiantou que talvez o Senhor Presidente da Câmara fez e muito bem, esta antecipação. Espera por isso, que as Juntas não venham a sair prejudicadas com esta medida, na questão de transferência através de dinheiros e não material para as Juntas de Freguesia.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre as questões que lhe foram colocadas.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que iniciou por agradecer as intervenções proferidas, e pegando no último aspecto que o Senhor Presidente da Junta de Vinhais falou, considerou importante, e passou a explicar que de facto não percebe muito de contabilidade, mas sabe que também não precisa de saber. Considerou que é pior não entender nada, do que pensarem que percebem. Assumiu que de facto não é a sua área de formação, mas também não tem que perceber, porque a Câmara tem cinquenta ou sessenta funcionários, que têm esta função de perceber.

Adiantou que são políticos e por isso tomam decisões e fazem cumprir decisões. Relembrou que aquilo que se propuseram executar na Câmara, foi um orçamento legitimamente aprovado pelos dois órgãos, ou seja, pela Assembleia e pela Câmara Municipal. Uma vez aprovado, têm que o executar, e em sua opinião está a ser bem executado, em termos financeiros a setenta e tal por cento. Isto significa que arrecadaram setenta e cinco por cento da receita e gastaram oitenta e três por cento daquilo que estavam a prever. Considerou que estes números, de facto não são maus números.

Continuou referindo que gostava que ficasse claro nesta Assembleia que as considerações do membro Senhor Carlos Abel, não discorda nem concorda, ou seja, é a

opinião e posição do membro Senhor Carlos Abel. Considerou não ser nada do outro mundo, uns parágrafos muito abstractos, onde diz que a sua grande aposta é o turismo e a produção agrícola e depois critica terem criado uma empresa municipal para o turismo e uma empresa municipal para a produção agrícola.

Continuou referindo que aquilo que importa enquanto Câmara, é o rigor nas contas e as contas são rigorosas, e quanto à honestidade enquanto homens e políticos, é igual a toda a de gente, sendo que nunca entraram num sistema de «mais honestos do que nós, não há.» A honestidade exercita-se no dia-a-dia, não se apregoa, porque se vê no dia-a-dia. Aquilo que pede sempre aos serviços é rigor.

Adiantou que há coisa que passam despercebidas às pessoas, mas que deveriam saber, passando a informar que pela primeira vez a Câmara Municipal de Vinhais tem o armazém informatizado, sendo que quando chegaram à Câmara não sabiam quanto se gastava numa obra, sendo que agora os armazéns estão informatizados e não entra nem sai um prego que o computador não acuse. E para que o armazém que, considerou ser a área mais sensível da Câmara, por poder trazer uma situação de menos clareza e desonestidade, sendo que já criou alguns processos disciplinares noutros tempos, por essa razão, nomeou um funcionário, Senhor Telémaco Pinto, que toda a gente sabe quais as suas opções políticas, mas que nada tem a ver para o assunto, nomeou-o para responsável do armazém. Precisamente para que de hoje para amanhã, ninguém venha dizer que, como Presidente, põem pessoas da sua confiança política, em lugares chave.

Adiantou que quem quiser fazer batota com os materiais, tem que ter no armazém um homem da sua confiança política. Concluiu sobre esta questão que como Presidente fez exactamente ao contrário.

Concluiu que as contas que apresentaram são de facto contas rigorosas. Quanto às opções políticas, lembrou aquilo que já tinha dito, ou seja, com um pouco de sorte, a oposição chegará um dia ao poder, porque tem que dar a volta, e nessa altura irão fazer aquilo que é mais correcto, porque cada um faz, em determinado momento, aquilo que acha melhor.

Terminou referindo que com muito trabalho tem vindo a fazer o melhor que sabe e pode.

Solicitou novamente o uso da palavra o membro Senhor Carlos Abel, para referir que o Senhor Presidente da Câmara se comporta como se não tivesse estado na Câmara desde o ano de noventa e três. Lembrou mais uma vez que o Senhor Presidente estava na

Câmara desde essa data, e se o armazém não estava informatizado, a culpa não é da oposição.

Neste momento o Senhor Presidente interrompeu para esclarecer, que, a culpa nesta e noutras questões, foi mais do membro Senhor Carlos Abel que sua.

O membro Carlos Abel retomou a sua intervenção referindo que não queria entrar nas quezilas pessoais.

Referiu ainda que quando o Senhor Presidente fez menção do Senhor Telémaco Pinto, considerou ser verdade, porque a Câmara está muito bem servida de funcionários, sendo todos exemplares, mas com toda a certeza que quando o Senhor Presidente meteu o Senhor Telémaco no armazém, e também como já o tinha metido no arquivo, foi porque sabe que fez e faz um bom trabalho e que o fará. Adiantou que têm que ser honestos intelectualmente e tendo o Senhor Telémaco as inspirações políticas que tem, devem ser respeitadas. Por essa razão presume que Senhor Presidente venha a fazer isso, da mesma maneira que a oposição o fará, por ser um grande companheiro.

Terminadas todas as intervenções, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia pôs à consideração da Assembleia Municipal a Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2007, tendo sido aprovados por maioria com a abstenção de sete membros do PSD.

2.12 – Prestação de contas da E. M. Turimontesinho, EEM de 2007.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração, Vereador Roberto Afonso, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e passou por fazer uma breve apresentação do ponto em questão. Referiu que tal como foi dito no ponto anterior, em relação à prestação de contas da Câmara, o documento aqui apresentado e também um documento técnico, não se trata por isso de um documento político, ou pessoal.

O documento em questão reflecte a curta existência da empresa, uma vez que iniciaram funções dia um de Junho, por essa razão o documento que aqui apresenta faz as prestações das contas até trinta e um de Dezembro de dois mil e sete. Como é natural estas contas carecem de uma certificação legal por parte dum revisor de contas, sendo que no documento apresentado estão explicitas todas as contas, que passará a explicar fazendo primeiro referência a uma demonstração de resultados por natureza e depois

para o fluxo de caixa que lhe parece ser a questão mais importante. No balancete estão todos os movimentos que foram feitos em termos de receita e em termos de despesas, sendo que existem duas ou três notas que são importantes de salientar e referir.

Em primeiro lugar que esta empresa municipal, à semelhança das outras, é uma empresa sem fins lucrativos, que foi constituída para servir a população, e para gerir algum do equipamento, que obriga a algumas despesas bastante grandes, no que toca à gestão do equipamento desportivo, que é o Complexo das Piscinas, porque aqui a receita que é gerida é muito reduzida, tendo em conta as despesas a que são obrigados, para as ter em funcionamento.

Referiu também que durante estes primeiros meses, começaram a fazer a gestão do que irá ser o Parque Biológico que irá abrir na próxima quinta-feira, tal como foi anunciado pelo Senhor Presidente da Câmara.

Continuou dizendo que o importante de reter em tudo isto, é que não sendo com fins lucrativos, têm uma piscina e um complexo desportivo que gere e geriu uma receita de dezoito mil euros em seis meses. Considerou ser muito pouco, uma media mensal de mil e quinhentos euros. Esta receita comparada com a receita a que são obrigados, fica muito aquém, porque a despesa mensal vai para além de cerca de cinco mil euros mensais. Adiantou que gastam em média cerca de cinco mil euros em gás para conseguir manter aquecida a água das piscinas, por mês, por essa razão, estão a preparar uma candidatura para ver se, equipando aquele espaço com painéis solares, se consegue reduzir esta despesa obrigatória.

Quanto à despesa com o pessoal, justificou que esta se deve principalmente ao facto de a empresa ter absorvido alguns funcionários que eram da Câmara Municipal. A partir deste momento, a despesa com os vencimentos foi absorvida pela Turimontesinho.

Apesar disto tudo, manifestou a sua satisfação com o rigor de contas que está apresentado e com a transparência da gestão que se tem feito até ao momento.

Seguidamente explicou os fluxos de caixa, relativamente à entrada de receitas correntes e de capital, bem como as despesas realizadas.

Relativamente a este ponto da Ordem do Dia ninguém manifestou intenção de intervir, pelo que colocado à apreciação foi aprovada por maioria, com quatro abstenções, de membros do PSD.

Terminada a ordem de trabalhos e antes de passar ao período reservado ao público, o Senhor Presidente Mesa da Assembleia referiu que por entendimento em reunião da Comissão Permanente foi decidido proceder à nomeação de alguns membros da Assembleia Municipal, para as Comissões existentes, em virtude dos membros nomeados, terem deixado de exercer o cargo.

Passou a citar a informação que chegou à Mesa da Assembleia, de teor seguinte:

“Ex.mo Senhor Presidente

Da Assembleia Municipal de Vinhais

A bancada do PS vem solicitar a V.Ex.^a que submeta à votação a seguinte proposta:

Tendo suspenso funções o membro do Partido Socialista que fazia parte da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens é presente para esse lugar o membro Octávio Ferro.

Pela razão atrás exposta é proposto para a Comissão Permanente o membro Rubem Almeida.

Tendo saído da Comissão Permanente para o lugar de secretário da Mesa, o membro Eduardo Rodrigues, é proposto para o substituir o membro Domingos Fernandes.

O porta-voz da bancada do Partido Socialista passa a ser o Senhor Franclim do Nascimento Serafim.

Pedro Miguel Martins Miranda”

A proposta foi colocada a votação, tendo sido aprovada com uma abstenção.

3 - Período reservado ao Público.

Neste período, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, questionou o público se alguém pretendia pronunciar-se.

Ninguém manifestou intenção de intervir.

Antes de terminar, referiu que duma maneira muito rápida gostaria de informar os Senhores Presidentes de Junta, que existe uma pequena informação/alteração da Empresa Ecolignum, e também informar que chegou à Mesa da Assembleia um ofício da Empresa Municipal ProRuris, para avisar que estão abertas as candidaturas para apresentação de projectos de investimento na agricultura, cuja sessão de

esclarecimentos se realizará dia nove de Maio, no Auditório da Casa do Povo, pelas dez horas.

E não havendo mais nada a tratar foi dada por encerrada a sessão, eram dezassete horas e trinta minutos.

E eu, _____ 1.º Secretário da Assembleia Municipal, a redigi e assino.